

Parlamentares querem “refletir” melhor

Os senadores Geraldo Mesquita Júnior (PSol-AC) e Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) garantem não ser contrários à idéia que norteia o projeto de gestão de florestas públicas. Pedem apenas mais tempo para discutir o texto, encaminhado ao Congresso em regime de urgência pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. “Estou deliberadamente chamando a atenção para que a gente reflita mais. O governo está promovendo um tratoração”, diz Mesquita Júnior, eleito para o Senado na mesma chapa da ministra Marina Silva.

Uma das reivindicações é a

realização de novas audiências públicas sobre o tema. A proposta provocou reação de integrantes da base aliada ao Planalto. O diretor do Programa Nacional de Florestas do Ministério do Meio Ambiente, Tasso Azevedo, engrossa o coro governista. Ele diz que o projeto foi discutido entre dezembro de 2003 e fevereiro deste ano, em audiências abertas, com mais de 1,2 mil entidades. “Não foram audiências tranquilas, como disse o senador Aloizio Mercadante (PT-SP). Quero uma audiência no Antimary, com a seringada toda”, declara Mesquita Júnior.

Em voto já apresentado à CCJ, Mozarildo Cavalcanti defendeu pelo menos seis alterações no projeto, o que o levaria de volta à Câmara, para desagrado do Planalto. Uma delas é a necessidade de autorização prévia do Senado para a realização das concessões à iniciativa privada. Segundo Azevedo, essa medida só é exigida pela Constituição em caso de concessão de uso do solo. Não vale para concessão florestal. “Nenhum dos dois senadores apresenta uma proposta alternativa. O Geraldo Mesquita está firmando uma posição política”, avalia.

Além dos parlamentares, o Ministério do Meio Ambiente enfrenta resistência do Ibama. Funcionários do órgão reclamam da possibilidade de esvaziamento, com a transferência de determinadas funções para o Serviço Florestal Brasileiro (SFB), que será criado com a aprovação do projeto e atuará como uma agência reguladora. Azevedo discorda. Diz que o resultado será exatamente o contrário, ou seja, de fortalecimento do Ibama. “Não acho necessária a divisão. O que precisamos é reestruturar o Ibama”, retruca Mesquita Júnior.